

*Comércio - Brasil*

Wilson Nélio Brumer \*

# Desafio ao Real

21 NOV 1997  
GAZETA MERCANTIL

O ataque especulativo à moeda brasileira, em meio à crise nos mercados financeiros internacionais, levou o governo a reagir com firmeza. Editou um duro pacote de emergência, enfeixando muitas das medidas reclamadas pela sociedade e pelas forças da produção.

No entender de alguns, a reação foi mais forte do que o risco potencial de volta da inflação que se temia. Mas o objetivo era não deixar dúvida de que, sem abdicar de sua opção pela livre iniciativa, o governo será rigoroso contra os predadores do mercado de capitais. Em suma, aceitou o desafio e sinalizou que a política monetária e cambial não sofrerá mudança de rumo.

Como é tradição das autoridades brasileiras tratar com brandura e acomodação desvirtuamentos do processo econômico, a atitude corajosa e desassombrada do governo surpreendeu. Dispôs-se a enfrentar a impopularidade com medidas amargas, deixando evidente

que, ao editá-las, pensou no Brasil e não nas próximas eleições.

Embora atingido fundamentalmente por essas medidas, o setor produtivo da economia deu-lhes apoio. O pacote é recessivo, mas, em momento de crise, é obrigação de todos dar sua cota de sacrifício.

O apoio não impede, porém, que se indague: seria necessário aguardar uma crise dessa dimensão, já anunciada, para que as medidas corretivas fossem adotadas?

A área empresarial de há muito vinha alertando as autoridades para a necessidade de rever a política de ajuste gradual da economia, vale dizer, de conduzir as reformas essenciais em fogo lento, em face da rapidez das mudanças no cenário externo. Saltava à vista que os ganhos proporcionados pelas reformas iniciais, como a quebra dos monopólios estatais, o fim das restrições ao capital estrangeiro e umas tantas privatizações não eram suficientes para sustentar o Plano Real. Impunha-se dar-lhe bases mais amplas, através de reformas transformadoras.

Entre elas, a racionalização tributária e fiscal, a mudança do regime previdenciário quase falido, a fim de melhorar a geração de poupança e a reforma administrativa nos três níveis de governo, para tornar a máquina pública mais ágil e desempenhar seu papel regulador.

Se essas reformas estruturais já estivessem em vigor, o Brasil não se teria traumatizado com o vendaval "on-line" que varreu o mundo, deixando no seu rastro, muito abaladas, economias supostamente sólidas. O próprio presidente da República reconheceu que o pacote não precisaria ser tão amargo, se aquelas reformas estivessem em vigor.

A medida que o cenário econômico internacional clareia e se faz a contagem das vítimas, acentua-se a certeza de que as providências corretivas foram não só necessárias, como oportunas. A alternativa de não adotá-las seria expor a risco as conquistas econômicas e sociais do Plano Real, que é hoje um patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Essa é a realidade, o que não rebate a preocupação dos empresários com as consequências do pacote sobre a produção e o emprego.

A siderurgia, em particular, será bastante afetada. A começar pelo sensível agravamento da carga tributária da indústria automotiva, que é consumidora intensiva de aço, como de outros setores, que vão provocar a perda do poder aquisitivo da população, sem falar no cancelamento de investimentos na infra-estrutura nacional. No curto prazo, a perspectiva é de retração do consumo, com reflexos no emprego.

É preciso reconhecer que no pacote estão embutidas algumas medidas compensatórias de incentivo à exportação e de antecipação de contrato de câmbio (ACC) para fornecedores de insumos, que podem atenuar as dificuldades da siderurgia. Mas não dão margem a muito otimismo, quando se recorda que os custos portuários continuam no mesmo nível de quatro anos atrás, quando foi sancionada a lei de modernização dos

portos. Também persistem os impostos em cascata, os encargos trabalhistas e as dificuldades de acesso ao crédito para empresas de médio e pequeno porte que buscam o mercado externo.

A despeito desse cenário adverso, em que as altas taxas de juro fazem contraponto à recessão, a siderurgia não interromperá o seu esforço de atualização tecnológica. Primeiro, porque entende que a situação terá de ser passageira e, depois, porque seu programa de investimentos está associado à necessidade de tornar o aço brasileiro mais competitivo.

Quanto ao tempo de duração da crise, será curto se a sociedade clamar e obtiver de sua representação política a pronta aprovação das reformas transformadoras. O avanço da globalização e a abertura do mercado mostram que só elas serão capazes de amortecer os efeitos internos de eventuais solavancos na economia mundial. ■

\* Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia.